



Pirassununga, 13 de junho de 2025.

Parecer Jurídico

Assunto: Competência Legislativa Municipal – Regulamentação de Cartão de Estacionamento para Gestantes com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência (PCD).

Relatório

Trata-se de consulta dirigida à assessoria jurídica desta Casa Legislativa acerca da possibilidade de proposição e aprovação, por iniciativa parlamentar, de projeto de lei municipal que regulamente a concessão e uso de cartões de estacionamento especiais para gestantes, pessoas com deficiência (PCD) e pessoas com mobilidade reduzida no âmbito do Município de Pirassununga.

A questão emergiu de denúncia formalizada à Promotoria de Justiça local por vereadora desta edilidade, relatando negativa de atendimento a gestante em estado avançado de gravidez no Setor de Trânsito da Prefeitura. Alegou-se ausência de norma municipal específica que disciplinasse a matéria, embora existam dispositivos federais que contemplam a mobilidade reduzida como condição jurídica de proteção.

Houve questionamento de ilustre representante do Ministério Público Estadual sobre o eventual interesse desta Casa de Leis exercer o múnus de legislar sobre a questão.

Requer-se, pois, análise sobre a competência legislativa municipal para disciplinar a matéria, considerando os limites constitucionais, o pacto federativo e os precedentes administrativos e judiciais pertinentes.

Fundamentação Jurídica

Competência Constitucional do Município

A Constituição Federal, em seu art. 30, incisos I e II, confere aos Municípios:

“I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.”

Ainda, o art. 22, inciso XI, da CF/88 atribui à União competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte. No entanto, o parágrafo único do mesmo artigo dispõe que os Estados e Municípios podem legislar supletivamente quando houver autorização em norma federal.

Com base nesse critério, a legislação federal delegou aos entes locais a regulamentação executiva de matérias atinentes à circulação urbana.



O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), em seu art. 24, prevê:

*“Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios: (...)
VI – implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;”*

O tema em questão é diretamente derivado do dispositivo legal supra, considerando-se a interpretação extensiva e sistemática, corroborando a competência municipal para fins de regulamentação de interesse local no cenário proposto.

A doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello sustenta que a **competência para organizar o uso do solo urbano é típica do município**, não se restringindo ao viário, mas estendendo-se à disciplina do acesso, mobilidade e urbanismo inclusivo.¹

Mobilidade Reduzida e Proteção Legal

A Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu art. 2º, §2º, dispõe que:

“Considera-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporária.”

Gestantes, portanto, encontram-se amparadas por esse conceito legal quando enfrentam dificuldades de locomoção, mesmo que transitórias.

A ausência de norma local regulamentadora, nesse contexto, revela uma lacuna normativa que compromete a eficácia de direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, III), a proteção à maternidade (CF/88, art. 6º e 7º, XVIII) e o princípio da acessibilidade (CF/88, art. 227, §2º).

Iniciativa Legislativa e Separação dos Poderes

É pacífico que determinadas matérias estão sujeitas à iniciativa reservada do Chefe do Executivo (CF/88, art. 61, §1º), o que não é o caso geral da produção de normas voltadas à regulamentação de direitos sociais e acessibilidade, cuja competência e iniciativa são concorrentes.

Desde que não impliquem criação de órgãos, cargos ou aumento de despesas, normas desta natureza podem ser objeto de iniciativa parlamentar.

Além disso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na **SL 1318 MC/BA**, de relatoria do Min. Dias Toffoli, reforça os limites constitucionais da atuação

1 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.



judicial frente ao processo legislativo municipal, especialmente em contextos de suposta omissão normativa.

Naquela oportunidade, a Corte reconheceu que “*não é dado ao Poder Judiciário fixar interstício temporal para que os Chefes dos Poderes Executivo/Legislativo municipais deflagrem determinado processo legislativo*”, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes (CF/88, art. 2º).

A decisão ainda destaca que a **regulamentação de políticas públicas locais, como a acessibilidade, deve respeitar o ciclo político legislativo próprio da municipalidade, vedando a imposição de prazos irrealistas ou sanções administrativas sem respaldo legal** (SL 1318 MC / BA, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 29/04/2020).

Ainda, conforme a lição de José Afonso da Silva, a iniciativa parlamentar é legítima quando visa a “*concretização de políticas públicas constitucionais já delineadas em normas federais, especialmente se de eficácia plena*” (SILVA, 2025, p. 711)².

Normas Infralegais do CONTRAN e Competência Municipal

A Resolução CONTRAN nº 965/2022, com redação atualizada pela Resolução CONTRAN nº 1.012/2024, regula as áreas e os requisitos de estacionamento especial, incluindo a obrigatoriedade de emissão de credencial por órgãos municipais executivos de trânsito (art. 12). Essa normatização reafirma a competência administrativa e regulamentar dos municípios, especialmente os integrados ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT.

O art. 2º da Resolução 965/2022 dispõe que:

*“As áreas destinadas ao estacionamento específico regulamentado em via pública aberta à circulação devem **ser estabelecidas e regulamentadas pelo órgão ou entidade executiva de trânsito com circunscrição sobre a via.**”* (grifo nosso)

A Resolução 1.012/2024, por sua vez, incorporou a possibilidade de credencial digital e reforçou a abrangência nacional da credencial, mantendo a competência local para a emissão física e a fiscalização do uso.

Essas normas demonstram que o legislador infralegal federal já atribuiu aos municípios o dever de regulamentar e operacionalizar o acesso a vagas prioritárias, mediante emissão de credenciais específicas — inclusive com prazo, forma e controle definidos.

A ausência de lei local que discipline esse procedimento indica além a omissão municipal em regulamentar o assunto e também risco de responsabilização institucional por violação a direitos de acessibilidade e prioridade legal (Lei 10.048/2000 e Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, art. 53).

Conclusão

2 SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46. ed. São Paulo: Malheiros, 2025:134.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico



À luz do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade jurídico legislativa da Câmara Municipal de Pirassununga propor, colocar em votação e, eventualmente, aprovar lei que regulamente a concessão de cartões de estacionamento a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e gestantes nesta condição, desde que respeitados os seguintes parâmetros:

- A iniciativa exclusiva do Executivo está respaldada em CF 37, XI, e reforçada pela Lei Orgânica Municipal (arts. 46 I, 46 VI e 63) e deve ser observada na criação do Projeto de Lei;
- Para o caso desta Casa de Leis tomar a iniciativa legislativa visando a regulamentação sobre a matéria, *tal dispositivo normativo não deve causar impacto financeiro orçamentário ao ente do Poder Executivo*;
- É mister observar que em matérias concorrentes, tanto Executivo quanto Legislativo podem propor legislação, devendo respeitar os limites constitucionais, legais e os preceitos de técnica legislativa.
- A matéria em questão se enquadra na competência legislativa suplementar municipal e no interesse local, nos termos do art. 30, I e II da CF/88, de iniciativa concorrente entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo local;
- A proposição legislativa pode ser de iniciativa parlamentar, desde que não interfira em estrutura administrativa ou gere aumento de despesa não prevista na legislação orçamentária, de iniciativa exclusiva do Poder Executivo;

Recomenda-se que a proposição atenda aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e universalidade, com critérios objetivos de concessão, compatíveis com a legislação federal, em especial o CTB, Lei 13.146/2015 e Resoluções CONTRAN nº 965/2022 e 1.012/2024, sem prejuízo das demais legislações que tratam do mérito de mobilidade e necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Pirassununga, 13 de junho de 2025.

Mauro Zamaro

Procurador Legislativo

OAB/SP 421.466

Referências

- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 46. ed. São Paulo: Malheiros, 2025.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.
- BRASIL. Resolução CONTRAN nº 965, de 17 de maio de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

- BRASIL. Resolução CONTRAN nº 1.012, de 14 de outubro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Anexo Nº 283/2025 - PROTOCOLO: 3244/2025 - 12:02 - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: SPFO-R18X-06DP-3NK1



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
Município de Interesse Turístico

DESPACHO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Este documento tramitou em conformidade com as diretrizes regimentais.

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Pirassununga. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=SPF0R18X06DP3NK1>, ou vá até o site <https://pirassununga.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: SPF0-R18X-06DP-3NK1

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - Anexo N° 283/2025 - PROTOCOLO: 3244/2025 - 13/06/2025 - 12:02 - CHAVE PARA VALIDAÇÃO: SPF0-R18X-06DP-3NK1